



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO**

RAFAELA NAIARA RODRIGUES PEREIRA

**PLANEJAMENTO PARA APOSENTADORIA: avaliação da previdência privada
aberta como complemento à renda**

**PATOS DE MINAS
2024**

RAFAELA NAIARA RODRIGUES PEREIRA

**PLANEJAMENTO PARA APOSENTADORIA: avaliação da previdência aberta
como complemento à renda**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do
Triângulo Mineiro, *Campus* Patos de Minas,
como requisito parcial para conclusão do
Curso de Bacharelado em Administração.

Orientadora: Prof.^a Me. Léia Torres de Brito

PATOS DE MINAS

2024

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Referência do IFTM –
Campus Patos de Minas-MG

P436p

Pereira, Rafaela Naiara Rodrigues

Planejamento para aposentadoria: uma avaliação da
previdência aberta como complemento à renda. / Rafaela
Naiara Rodrigues Pereira. - 2024.

27 f. il.

Orientadora: Profª Ms. Léia Torres de Brito

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em
Administração) Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus
Patos de Minas-MG, 2024.

1. Previdência privada. 2. Planejamento financeiro. 3.
Instituições financeiras. I. Pereira, Rafaela Naiara Rodrigues. II.
Brito, Léia Torres de.

CDD 332.0240
23ª ed.

RAFAELA NAIARA RODRIGUES PEREIRA**PLANEJAMENTO PARA APOSENTADORIA: avaliação da previdência
aberta como complemento à renda**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, *Campus* Patos de Minas, como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharelado em Administração, sob a orientação da Prof.^a Me. Léia Torres de Brito.

Aprovado em 09 de dezembro de 2024.

Prof.^a Me. Léia Torres de Brito (Prof.^a Orientadora)

Prof.^a Me. Cíntia Fonseca Magalhães (Prof.^a Convidada)

Prof.^a Dr. Carlos Paula Lemos (Prof. Convidado)

CARLOS PAULA LEMOS
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO



Documento assinado eletronicamente por CARLOS PAULA LEMOS, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, em 31/01/2025, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CINTIA FONSECA MAGALHAES
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO



Documento assinado eletronicamente por CINTIA FONSECA MAGALHAES, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, em 31/01/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEIA TORRES DE BRITO
PROFESSOR ORIENTADOR



Documento assinado eletronicamente por LEIA TORRES DE BRITO, PROFESSOR ORIENTADOR, em 31/01/2025, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador **BB6A152** e o código CRC **3F818F95**.

Referência: NUP: 23494.000727/2025-44

DOCS nº 0000686281

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar a viabilidade da aquisição de uma previdência privada aberta como complemento à renda já oferecida pela previdência social. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de destacar a relevância de um bom planejamento financeiro, bem como o funcionamento do sistema previdenciário social brasileiro, suas limitações e seus desafios frente ao envelhecimento populacional. Nesse contexto, foram investigados os modelos de previdência privada aberta mais comercializados, seus benefícios financeiros e fiscais e suas garantias e seguranças para os investidores. Além disso, analisou-se o impacto do aumento da expectativa de vida na sustentabilidade dos sistemas previdenciários públicos, reforçando a necessidade de alternativas complementares. Também foi conduzida uma pesquisa documental descritiva nas instituições financeiras Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com o intuito de obter informações e simulações de opções de previdência disponíveis no mercado. Concluiu-se que a adesão a um plano de previdência privada, associada a um planejamento financeiro adequado, oferece maior segurança e conforto para enfrentar a aposentadoria, apresentando-se como uma alternativa para complementar os benefícios da previdência pública e alcançar maior qualidade de vida na terceira idade.

Palavras-chave: benefícios; instituições financeiras; planejamento financeiro; renda; seguro.

ABSTRACT

This research aims to evaluate the forecast of acquiring an open private pension as a complement to the income already offered by social security. To this end, a bibliographical research was carried out, with the aim of highlighting the relevance of good financial planning, as well as the functioning of the Brazilian social security system, its limitations and its challenges in the face of population aging. In this context, the most commercialized open private pension models, their financial and tax benefits and their guarantees and security for investors were investigated. Furthermore, the impact of increased life expectancy on the sustainability of public pension systems is analyzed, reinforcing the need for complementary alternatives. Descriptive documentary research was also carried out at the financial institutions Caixa Econômica Federal and Banco do Brasil, with the aim of obtaining information and simulations of pension options available on the market. It is concluded that adherence to a private pension plan, associated with adequate financial planning, offers greater security and comfort to avoid retirement, presenting itself as an alternative to complement the benefits of public pension and achieve a higher quality of life in the future. third age.

Keywords: benefits; financial institutions; financial planning; income; insurance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
EAPC	Entidade Aberta de Previdência Complementar
FENAPREVI	Federação Nacional de Previdência Privada e Vida
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IR	Imposto de Renda
PGBL	Plano Gerador de Benefício Livre
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
VGBL	Vida Gerador de Benefício Livre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Importância do planejamento financeiro para a aposentadoria	9
2.2 O sistema de previdência social no Brasil	10
2.3 Características da previdência privada no Brasil	12
2.4 Previdência privada: análise de riscos, garantias e benefícios	13
2.5 Modelos de planos: PGDL e VGDL	14
3 METODOLOGIA	18
5 RESULTADOS	19
5.1 Análise de Produtos de Previdência Privada Complementar	19
6 DISCUSSÕES	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população brasileira e as modificações nas políticas de seguridade social tornam cada vez mais relevante a discussão sobre alternativas de complementação de renda na aposentadoria.

Segundo Antunes; Soares; Silva (2013 *apud* Rafalski; Andrade, 2016), o tema da aposentadoria tem se tornado cada vez mais presente nas pesquisas brasileiras e na mídia, especialmente em razão da situação previdenciária instável e da crescente expectativa de vida da população.

Com o aumento da expectativa de vida, surge a necessidade de um planejamento financeiro eficiente para a aposentadoria, um tema que ainda é pouco explorado. A previdência privada complementar surge como uma opção para assegurar uma renda confortável no período pós-laboral, o que fundamenta a relevância deste estudo.

Conforme uma pesquisa realizada pela Datafolha para a 7ª edição do raio X do Investidor Brasileiro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), realizada em 2023, aproximadamente 81% dos brasileiros ainda não economizam para a aposentadoria, sendo que cerca de 72% desse grupo exibiu a intenção de começar a poupar.

Este trabalho se propõe a pesquisar e a explorar, por meio de uma revisão bibliográfica e de pesquisa documental descritiva, a importância de se complementar a renda da previdência social, visto que este benefício, hoje, possui alguns requisitos para se ter direito e que podem sofrer mudanças ou alterações do governo com a implantação de uma nova reforma. Além disso, há de se destacar o teto previdenciário, que limita o valor do benefício que o cidadão poderá receber, o que pode representar uma queda no padrão de qualidade de vida do trabalhador.

A previdência privada aberta é umas das várias opções de renda complementar para desfrutar quando o trabalhador encerra as atividades laborais e é ofertada por instituições financeiras para toda a população. Nesta pesquisa, serão abordados os modelos mais negociados, que de acordo com Ministério da Previdência Social (2024) são o Plano Gerador de Benefício Livre – PGDL e o Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL. Além de apresentar os modelos, o estudo

apontará as similaridades e as diferenças entre ambos, a fim de indicar o mais indicado para cada perfil de investidor.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar a previdência complementar aberta como complemento à renda na aposentadoria, destacando suas vantagens e desvantagens. Além disso, foi estudado os diferentes tipos de planos de previdência aberta, bem como suas características com o intuito de comparar a rentabilidade de um fundo de previdência privada.

O trabalho está dividido em pesquisa bibliográfica, que inicialmente aborda a importância de um planejamento financeiro. O segundo momento, trata sobre o plano previdenciário social e complementar; seguido de abordagem das características da previdência complementar aberta e, por fim, análise de opções de planos previdenciários disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, bem como uma comparação da rentabilidade de um fundo de investimento para previdência privada do Banco do Brasil em relação à rentabilidade do CDI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Importância do planejamento financeiro para a aposentadoria

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência (2022 *apud* Vieira et al., 2023), em 2019, a proporção de trabalhadores para sustentar um benefício de aposentadoria era, em média, de cinco pessoas, porém, com o aumento da expectativa de vida, a projeção é que, em 2060, sejam dois trabalhadores para cada benefício de pessoa aposentado.

Portanto, se faz necessário um planejamento financeiro para os idosos, visto que estes representam uma parte significativa dos beneficiários do INSS e a expectativa futura é que a quantidade de contribuintes diminua em relação à quantidade de beneficiários que vem aumentando, tornando esse modelo insustentável.

De acordo com a Lei nº 10.741 (2003), é considerado idoso pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, a mesma ainda cita que é dever da família, comunidade, sociedade e poder público garantir, prioritariamente, os direitos da pessoa idosa à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e convivência.

Diante disso, a aposentadoria é vista como um período de descanso após anos de trabalho e, para que isso se concretize, é necessário adotar boas práticas financeiras com antecedência. Hoje, no país, existem diversos profissionais que não se planejam financeiramente, incluindo a sua própria aposentadoria, vindo a passar dificuldades financeiras ao encerrarem suas atividades laborais.

Segundo Noone, Stephens e Alpass (2009 *apud* Rafalski e Andrade, 2016), o planejamento da aposentadoria atua de forma a prevenir problemas de saúde, enquanto que Wang e Schultz, (2010 *apud* Rafalski e Andrade, 2016) afirmam que este planejamento amplia a capacidade de economizar e administrar o tempo, já Adams e Rau (2011, *apud* Rafalski e Andrade, 2016) complementam que o planejamento da aposentadoria desenvolve expectativas para o futuro.

Com o crescimento da expectativa de vida, torna-se importante o cuidado com os fatores que influenciam na qualidade de vida na aposentadoria. O planejamento financeiro antecipado pode trazer benefícios e mais segurança para o futuro.

Portanto, para desenvolver um bom planejamento são necessárias estratégias alinhadas ao objetivo de aposentadoria de cada indivíduo.

Conforme Franklin (2020), para o planejamento estratégico da aposentadoria, deve-se poupar regularmente em produtos financeiros adequados. Para Gitman (2021), deve-se analisar as necessidades futuras, escolher produtos de investimento diversos e monitorar constantemente o objetivo que se almeja.

Para que um trabalhador se prepare para a aposentadoria, é necessário avaliar sua renda e projetar os custos prováveis que poderão surgir. Com base nessa análise, torna-se possível estruturar um planejamento financeiro mais eficiente e alinhado à realidade de cada pessoa.

Atualmente, segundo a Tokarnia (2024 *apud* FGV, 2024) o valor médio do benefício de aposentadoria social urbana paga pelo INSS é de R\$1.863,38, enquanto o benefício pago a trabalhadores rurais é de R\$1.415,06, valores que podem não ser suficientes para custear seus gastos com saúde, moradia e alimentação.

Portanto, para desenvolver um plano de aposentadoria e escolher os produtos de investimentos, é necessário incluir a educação financeira na escolha, pois ela auxilia o indivíduo na tomada de decisão, levando em consideração os benefícios e os riscos associados a longo prazo às diversas opções disponíveis no mercado.

2.2 O sistema de previdência social no Brasil

O sistema de aposentadoria social no Brasil é administrado, principalmente, pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, órgão responsável pelo pagamento de benefícios a milhões de brasileiros. Hoje, todo trabalhador e empregador, regidos pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, contribuem de forma obrigatória com a previdência social. Esta contribuição visa, no futuro, oferecer uma renda estabelecida pelo governo. Essa renda pode ser utilizada, além de fins de aposentadoria, para casos em que o indivíduo necessite se afastar de suas atividades profissionais antes de se aposentar, seja por motivo de doenças, de invalidez e outros.

Segundo Gomes (2018), a previdência social, administrada pelo governo, tem caráter obrigatório e visa proteger o trabalhador em casos de eventos como doenças, invalidez, velhice, entre outros. Ela é financiada por contribuições compulsórias de empregadores e empregados.

O atual regime de previdência social do país é amplo e complexo e atende aos beneficiários de forma padronizada, o que muitas vezes não atende às necessidades de cada cidadão. Desse modo, a padronização pode impactar negativamente alguns grupos, um exemplo é a diferença do custo de vida em diferentes regiões do país.

Para Almeida (2022, p. 56), “A previdência social oferece benefícios padronizados, sem possibilidade de personalização conforme as necessidades individuais, e está sujeita a mudanças legislativas e políticas.”

Existe uma constante preocupação com a sustentabilidade do sistema previdenciário público, mesmo após a reforma de 2019. Essa reforma elevou a idade mínima para aposentadoria e modificou as regras de cálculo dos benefícios, afetando aqueles que planejavam se aposentar nos anos seguintes.

De acordo com Ferreira (2020), a reforma previdenciária de 2019 trouxe alterações significativas para o regime de previdência pública e acarretou impactos diretos na previdência complementar, incentivando a busca por planos como uma opção de garantir uma aposentadoria mais tranquila.

Essa reforma previdenciária, de 2019, já vinha sendo discutida pelos últimos presidentes da república, pois os custos de pagamentos aos beneficiários superaram o valor arrecadado, o que já somava uma grande dívida nos cofres. Isto aconteceu por diversos motivos, incluindo o envelhecimento da população e a taxa de natalidade baixa, o que resultou no aumento do período de pagamento aos beneficiários e na diminuição na arrecadação por haver menos crianças nascendo e, por consequência, menos contribuintes. Outro motivo é o desemprego e o trabalhador informal que não contribuem para o sistema previdenciário público.

Promulgada em 2019, a reforma visou controlar essa defasagem entre pagantes e recebedores do INSS. Em decorrência disso, considerando as mudanças nos requisitos para a aposentadoria e a renda a ser destinada aos beneficiários, aumentou-se a preocupação com a obtenção de uma renda complementar para se possa alcançar uma aposentadoria mais tranquila financeiramente.

2.3 Características da previdência privada no Brasil

O regime de previdência complementar é facultativo e tem a finalidade de oferecer uma renda no final do tempo de contribuição. Este regime é subdividido em dois segmentos: a previdência complementar fechada, oferecida por empresas

exclusivamente aos seus funcionários, e a previdência complementar aberta, que é o foco deste estudo e é disponibilizada por bancos e seguradoras.

Os planos de previdência oferecidos pelas sociedades seguradoras ou pelas entidades abertas de previdência complementar são planos de benefícios de caráter previdenciário e têm por objetivo complementar os benefícios oferecidos pelo regime geral de previdência social (SUSEP, 2022, p. 1).

De acordo com Henrique e Santos (2024), a previdência complementar foi instituída, no Brasil, em 10 de janeiro de 1835, por meio de um decreto imperial que criou o Montepio Geral de Economia do Servidor do Estado. Desde então, seu desenvolvimento, no país, foi impulsionado pela necessidade de preencher lacunas deixadas pelo sistema público. O marco regulatório inicial foi a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que estabeleceu as bases para sua organização e funcionamento.

A previdência privada no Brasil começou a se desenvolver de forma mais estruturada a partir da década de 1970, com a criação de diversas fundações e entidades de previdência complementar, tanto abertas quanto fechadas, visando suprir as lacunas deixadas pelo regime público de previdência social (Santos, 2012, p. 78).

Atualmente, a previdência complementar, no Brasil, é regulada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que define princípios básicos para as operações das entidades de previdência complementar, assegurando maior transparência e segurança aos participantes. Nesse regime, o pagamento do benefício é baseado na reserva acumulada por cada indivíduo ao longo dos anos de contribuição, o que torna essencial o planejamento financeiro.

Nos últimos anos, tem-se registrado uma elevação considerável no interesse pelos produtos financeiros no setor de previdência. De acordo com dados da Fenaprevi (2024, p. 1), “nos nove primeiros meses do ano, foram registrados R\$146,9 bilhões em arrecadação nos planos de previdência privada aberta, um crescimento de 17,6% em relação ao mesmo período de 2023.”

O cenário de recuperação do emprego e da renda contribuiu para os resultados do setor. Somado a isso temos o aumento da preocupação com o futuro, com a aposentadoria em particular, o envelhecimento e a necessidade de mais recursos financeiros por mais tempo (Franco 2024 *apud* Fenaprevi, 2024, p.1).

Portanto, a previdência privada se estabelece como um pilar para a segurança financeira dos brasileiros ao longo da vida, especialmente em um cenário de mudanças econômicas e demográficas. A tendência de crescimento desse mercado sugere que ela continuará desempenhando um papel cada vez mais relevante no planejamento financeiro.

2.4 Previdência privada: análise de riscos, garantias e benefícios

Conforme afirma Garcia (2023, p. 98), “a adesão de um plano de previdência privada é um passo crucial no planejamento para a aposentadoria, oferecendo não apenas um complemento financeiro, mas também uma segurança para o futuro”. Assim, a escolha de um plano exige análise criteriosa de diversos aspectos, tais como: riscos associados, os potenciais benefícios, as garantias oferecidas, a rentabilidade esperada e as opções disponíveis. Esse processo é essencial para garantir uma decisão consciente e alinhada aos objetivos financeiros de longo prazo.

Conforme Teixeira (2022 *apud* Quais os riscos da previdência privada?, 2022), destacam-se riscos associados à previdência privada, tais como: quebra da instituição financeira, escolha inadequada do plano, riscos relativos aos ativos do fundo, má gestão da previdência privada.

No Brasil, as entidades abertas de previdência complementar são reguladas pelo CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados e controladas e fiscalizadas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, autarquia que é vinculada ao Ministério da Fazenda.

Santos (2019, p. 1) diz, “as entidades de previdência complementar não podem realizar atividades que não estejam expressamente previstas por normativo editado por algum dos órgãos de regulação ou de fiscalização do sistema.” Essa fiscalização assegura que as entidades cumpram os requisitos legais e operacionais, aumentando a credibilidade e a confiabilidade neste tipo de produto.

A previdência privada permite ao contratante personalizar seu plano de acordo com seu perfil, o mesmo pode contribuir com valores variáveis e que seja confortável para que não cause problemas financeiros em seu orçamento, ou seja, é utilizado o regime de capitalização em que o benefício é resultado direto do quanto foi aportado e rentabilizado pela entidade gestora ao longo do período. Esse modelo se destaca por sua adaptabilidade às necessidades individuais, tornando-se uma ferramenta

estratégica para garantir ao beneficiário uma renda extra para auxiliar nos custos de vida na terceira idade.

Um dos destaques é o planejamento sucessório, que é um diferencial importante, facilitando a transferência de patrimônio para herdeiros sem a necessidade de inventário. Além disso, os planos estão disponíveis para toda a população e esses fundos contam com características e necessidades diversas, configurando-se como uma das muitas opções de acumulação de recursos para se obter uma aposentadoria mais segura.

Entre as principais características da previdência privada complementar aberta estão a flexibilidade nos planos oferecidos, a possibilidade de escolha entre diferentes perfis de investimento, e a portabilidade dos recursos acumulados entre diferentes instituições financeiras (Oliveira & Ferreira, 2021, p. 112).

Esse modelo de investimento se destaca por trazer segurança financeira e planejamento de longo prazo, além de complementar a renda da previdência social.

2.5 Modelos de planos: PGBL e VGBL

De acordo com Ministério da Previdência Social (2024, p.3), “os planos do Segmento de Previdência Complementar Aberta mais negociados são o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e o Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL.”

Ambos possuem possibilidades de escolhas de diferentes perfis de investimentos, são estabelecidos por uma seguradora, possuem taxa de administração, que é cobrada para administrar o plano e pode haver taxa de carregamento, valor cobrado sobre cada depósito realizado, o que difere os dois modelos é o regime de tributação. Para além disso, o dinheiro investido nesses modelos é investido em um Fundo de Investimento Especialmente Constituído, não havendo garantia de rentabilidade mínima.

O VGBL – Vida Gerador de Benefício Livre – recebeu a maioria dos aportes e foi responsável por 92% da captação total no período (de, aproximadamente, R\$135 bilhões). Já nos planos PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre – foram captados R\$9,1 bilhões ou 6% do total arrecadado. Nos planos tradicionais de previdência privada aberta foram aportados R\$2,2 bilhões no intervalo de tempo analisado (Fenaprevi, 2024. p.2).

Diante dessas informações, o estudo destacou estes dois modelos, o PGBL e o VGBL, por serem os planos de previdência privada mais comercializados no mercado nacional.

Para compreender as características entre os dois modelos, se faz necessário uma análise mais detalhada para os diferentes perfis de investidores. Entre eles, o PGBL se destaca no mercado nacional por sua regulamentação e benefícios fiscais associados.

O PGBL foi criado com a aprovação da Resolução CNSP 06, de 17 de novembro de 1997. No ano seguinte, o órgão controlador e fiscalizador das EAPC, a Susep, instituiu a Circular Susep 33, de 7 de abril de 1998, que, juntamente à Resolução CNSP 06/97, disciplinou e operacionalizou esse novo produto de previdência complementar (Calado et al., 2022, p. 23).

De acordo com a InfoMoney (2023), o PGBL é mais indicado ao titular que tem uma renda mais alta e faz a declaração de imposto de renda completa, pois este modelo se destaca por oferecer um benefício tributário que permite abater até 12% da renda tributável da base de cálculo do imposto de renda. Porém, no momento do resgate e do recebimento dos benefícios, o imposto de renda incide sobre o valor total acumulado no período.

No entanto, a evolução das normas previdenciárias também permitiu a diversificação de produtos voltados a diferentes necessidades. Com a criação do VGBL, que foi baseado no PGBL, mas com características específicas que o tornam mais adequado a outros tipos de investidores.

A Resolução CNSP 49/01 estabeleceu as regras de funcionamento e critérios para a operação dos planos com cobertura por sobrevivência. Atualmente, os planos com cobertura por sobrevivência, em que se enquadra o VGBL, são regulados pela Resolução CNSP nº 348/2017 e pela Circular Susep nº 564/2017). Tal documento modificou e consolidou as regras de funcionamento e os critérios para operação da cobertura por sobrevivência em plano de seguro de pessoas (Calado et al., 2022, p. 27).

Segundo a InfoMoney (2024), o VGBL é recomendado para aqueles que fazem a declaração de imposto de renda simplificada e que não podem aproveitar o diferimento tributário oferecido pelo PGBL ou já atingiram o limite de 12% da renda

tributável na base de cálculo do imposto de renda. A tributação desse modelo de previdência incide apenas sobre o rendimento durante o período.

Portanto, o PGDL e o VGDL se consolidam como os dois principais modelos de previdência complementar aberta no Brasil, oferecendo opções adaptadas às necessidades e aos perfis tributários dos investidores, como apresenta a tabela 1.

Tabela 1: Características Gerais de PGDL e VGDL – Quadro Comparativo

		Modalidade PGDL (Plano Gerador de Benefício Livre)	Modalidade VGDL (Vida Gerador de Benefício Livre)
A quem se destina		Indicado para clientes que: 1) Utilizam a Declaração completa de IR; 2) Realizam contribuições para a Previdência Social (ou Regime Próprio) ou aposentados; 3) Desejam contribuir com até 12% da sua renda bruta anual em previdência complementar.	Indicado para clientes que: 1) Utilizam a Declaração simplificada de IR ou são isentos de IR; 2) Contribuem ou não para a Previdência Social (INSS) ou Regime Próprio; 3) Ou pretendem contribuir com mais de 12% da sua renda bruta anual em previdência complementar.
Benefício Fiscal durante o período de acumulação		Os valores depositados podem ser deduzidos da base de cálculo do IR, em até 12% da renda bruta anual.	Os valores depositados não podem ser deduzidos da base de cálculo do IR.
Tributação durante período de acumulação	Rentabilidade	Diferente de outros investimentos, na previdência o dinheiro das contribuições não sofre incidência de IR enquanto o dinheiro estiver investido. Desta forma, a reserva rende ainda mais ao longo do tempo.	
	Resgate	No momento do resgate todo o valor está sujeito à incidência de IR.	Apenas valores referentes ao rendimento (ganho de capital) alcançado no plano estão sujeitos à tributação de IR no momento do resgate.
Tributação no momento da aposentadoria		No momento do resgate todo o valor está sujeito à incidência de IR.	Apenas valores referentes ao rendimento (ganho de capital) alcançado no plano estão sujeitos à tributação de IR no momento do recebimento da renda.
Importante:		Para os clientes que pretendem contribuir com mais de 12% da sua renda bruta anual em previdência, é recomendado contratar um plano na modalidade PGDL para acolher o valor referente aos 12% da sua renda e um VGDL para acolher o restante dos recursos.	

Fonte: Susep *apud* Oliveira e Neto, 2018.

3 METODOLOGIA

Este trabalho se fundamentou em buscas, análises e síntese de informações por meio de pesquisas bibliográficas relevantes acerca da previdência social e privada e pesquisa documental descritiva.

No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Rummel (1972 *apud* Lakatos e Marconi, 2021) é uma pesquisa que faz uso de materiais escritos. Segundo Andrade (2010), esta pesquisa representa o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas.

Em seguida, foi realizada a pesquisa documental descritiva que, de acordo com Best (1972 *apud* Lakatos e Marconi, 2021) configura-se como um modelo de pesquisa que tem quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação. Foram eleitas as instituições Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil para a análise dos modelos de previdência disponíveis em cada instituição financeira. A escolha dessas instituições é devido ao fato que ambas possuem o governo federal como acionista majoritário.

Essa pesquisa foi realizada por meio dos canais oficiais, em que foi possível encontrar dados para a análise de viabilidade do plano securitário. Foi utilizado a ferramenta Excel para organização em tabelas dos dados coletados nas instituições.

A conciliação entre a pesquisa bibliográfica e a documental descritiva permitiu uma análise ampla dos produtos financeiros, colaborando para uma compreensão mais didática e completa da previdência complementar aberta enquanto que renda complementar a previdência social.

5 RESULTADOS

5.1 Análise de Produtos de Previdência Privada Complementar

As instituições financeiras e seguradoras oferecem os produtos de previdência complementar, como a previdência aberta e a fechada, e cada uma delas têm suas próprias características e benefícios. Portanto, é necessário analisar, com cautela, as opções e as características de cada produto ofertado por estas instituições.

A entidade escolhida para se obter um plano de previdência privada complementar também deve ser analisada. É importante que ela seja confiável, tenha solidez no mercado, possua diversidades de produtos e serviços, assim como taxas e encargos atrativos e, tenha como princípio e cultura, a transparência em suas negociações.

Como já mencionado, os produtos financeiros possuem taxas e encargos diferentes de uma instituição financeira para outra. Portanto, é importante pesquisar e analisar qual possui maior rentabilidade, qual oferece mais benefícios, como possibilidade de personalização do plano, a qualidade do gestor do fundo de investimento. Tal análise pode ser feita por meio do histórico de desempenho do fundo de investimento no último ano e na própria instituição.

No primeiro momento, foram analisadas as opções de planos disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira pública brasileira, com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Essa instituição oferece planos prontos para comercialização, como ilustrado na figura 1.

Figura 1: Opções de previdência privada aberta na Caixa



Fonte: Caixa Econômica Federal, 2024.

Nota-se que as opções já disponibilizadas atendem a diferentes classes econômicas, com aportes que variam de R\$200,00 a R\$1.000,00 por mês, por um período entre 10 a 20 anos.

Ambos os planos estão disponíveis na modalidade PGBL e VGBL, com tributação nas tabelas progressiva ou regressiva, e possuem uma estimativa de rentabilidade de 6% a.a. Além disso, fazem parte do fundo CAIXA FIC PREV 250 RF, indicado para investidores com perfil conservador. Segundo a Caixa Econômica Federal (2024), para este perfil de investidor é ofertado o fundo CAIXA FIC PREV RF, cuja carteira é composta por no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais e o restante em Títulos Privados de baixo risco de crédito.

A tabela 2, apresentada a seguir, detalha a simulação dos quatro planos analisados.

Tabela 2: Simulações Caixa Prev 250 RF

CAIXA FIC PREV 250 RF

	Plano 1	Plano 2	Plano 3	Plano 4
Aporte mensal	R\$ 200,00	R\$ 400,00	R\$ 600,00	R\$ 1.000,00
Período em anos	20	15	15	15
Valor acumulado em anos	R\$ 91.129,15	R\$ 115.323,38	R\$ 172.985,08	R\$ 288.308,46
Rentabilidade a.a	6%	6%	6%	6%
Renda mensal futura	R\$ 759,41	R\$ 961,03	R\$ 1.441,54	R\$ 2.402,57
Período do benefício em anos	10	10	10	10

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

A segunda instituição analisada foi o Banco do Brasil, instituição financeira brasileira estatal que opera como sociedade de economia mista. Nessa instituição, não foi possível obter dados aproximados de simulações on-line. Contudo, é disponibilizado ao público um relatório de desempenho dos fundos nos últimos anos.

Foi, então, analisado o fundo BRASILPREV JGP FIC MULTIMERCADO, lançado em 2020, indicado para investidores com perfil moderado, pois possui alocação em investimentos de renda fixa e renda variável.

Foi possível observar, por meio dos indicadores, que este fundo apresentou sua melhor rentabilidade em 2022. No entanto, houve uma queda no ano seguinte. Em 2024, o fundo de investimento começou a se recuperar, mostrando uma tendência de alta no indicador de rentabilidade, conforme ilustrado na tabela 3.

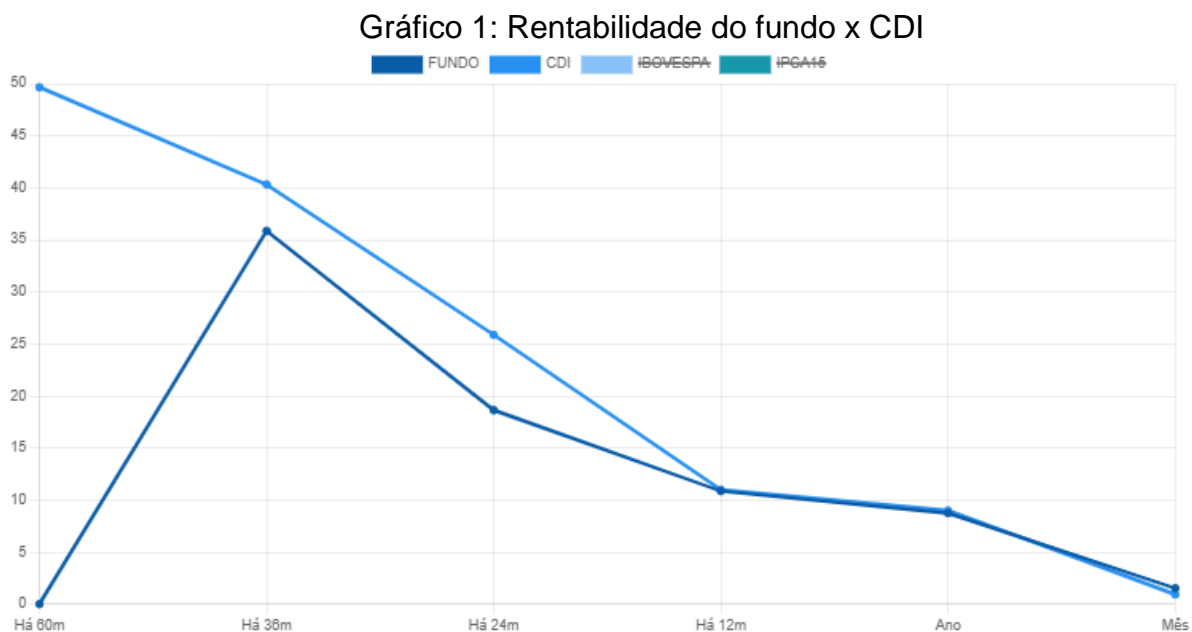
Tabela 3: Histórico de rentabilidade mês a mês

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO ANO
2020	-	-	-	0,22%	1,94%	1,32%	0,46%	1,23%	-0,39%	-0,18%	0,32%	0,87%	5,93%
2021	-1,34%	-0,60%	-0,63%	0,39%	0,58%	0,99%	-1,74%	-0,48%	-0,80%	-2,78%	0,70%	1,46%	-4,23%
2022	0,54%	0,49%	2,01%	0,13%	1,18%	0,95%	0,98%	2,25%	1,35%	1,63%	0,32%	0,68%	13,23%
2023	0,06%	1,69%	-0,23%	0,44%	0,41%	0,85%	0,84%	0,01%	1,48%	0,27%	1,58%	0,36%	8,01%
2024	0,52%	-0,25%	0,68%	-0,06%	1,08%	1,69%	1,98%	0,94%	0,34%	1,53%	-	-	8,74%

Fonte: Banco do Brasil, 2024.

Com essas informações, a rentabilidade do fundo de investimento foi comparada a um importante indicador, o CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Verificou-se que, ainda que os bancos tenham como objetivo favorecer as aplicações

dos fundos de investimentos para que superem a rentabilidade do CDI, em outubro de 2024 o fundo apresentou uma rentabilidade de 1,53%, superando o CDI que ficou em 0,93%, como mostra o gráfico 1.



Fonte: Banco do Brasil, 2024.

6 DISCUSSÕES

Analisando os dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal, nota-se uma dificuldade de disponibilização de dados que mencionem informações sobre o montante, rendimentos futuros, taxas e encargos ao plano. Entretanto, a adesão ao plano é apresentada como simples, segura e flexível, o que atende a diferentes classes sociais e perfis de investidores.

Por outro lado, no caso do Banco do Brasil, esses dados são mais facilmente acessíveis, o que possibilita uma avaliação mais detalhada e transparente do fundo. O processo de adesão ao plano de previdência se mostra simples, sem grandes burocracias, além de ser confiável e versátil, satisfazendo a diversas classes sociais e perfis de investidores.

Com base nas informações obtidas junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, conclui-se que a previdência aberta, atualmente, não é um produto com alta rentabilidade, mas destaca-se por sua segurança e facilidade de aquisição.

Portanto, é possível afirmar que um fundo de previdência privada aberta tem potencial de igualar-se e, eventualmente, superar a rentabilidade do CDI ao longo do tempo, como evidenciado na análise do fundo vinculado ao Banco do Brasil. Ressalta-se que o CDI é frequentemente utilizado como referência para comparar rentabilidades de diferentes tipos de investimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a previdência privada está em crescimento, o que pode estar relacionado às preocupações dos brasileiros em se aposentar e manter a qualidade de vida que tinham enquanto eram produtivos. Portanto, por ser acessível a todos, a previdência privada se consolida como uma alternativa eficaz para o planejamento financeiro de longo prazo.

Apesar dos avanços alcançados pelas seguradoras, financeiras, órgãos regulatórios e de fiscalização, a previdência complementar ainda enfrenta desafios, como a baixa adesão e a necessidade de maior educação financeira. No entanto, possui potencial para continuar sendo uma solução eficaz diante das mudanças demográficas e econômicas.

Como avaliação dessa ferramenta para fins de complemento de renda da previdência social, a previdência é viável, pois cumpre com o propósito previdenciário e, se bem aplicada, pode contribuir para mitigar os desafios que o país enfrenta com o sistema previdenciário público, como o envelhecimento acelerado da população, a urgência de promover a educação financeira e a importância de aprimorar a comunicação e a distribuição de produtos de previdência complementar, que são importantes para o planejamento e a sustentabilidade do sistema de seguridade social no Brasil.

Para pesquisas futuras, é relevante avaliar e mensurar o impacto que a previdência complementar tem sobre a renda e a qualidade de vida de aposentados que fazem uso da previdência complementar e os que recebem apenas a previdência social, visto que não foram encontradas pesquisas abordando esse tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria. **Previdência Social e seus Impactos na Economia**. São Paulo: Editora ABC, 2020.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

Aportes em previdência privada crescem 17,6%. Fenaprevi, 2024. Disponível em: <https://fenaprevi.org.br/noticias/aportes-em-previdencia-privada-crescem-17-6>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.

Aposentadoria. Raio X do investidor brasileiro, ANBIMA, 7ª edição. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/data/files/C9/92/8D/26/1F92F8109B9671F8EA2BA2A8/Raio-X-do-investidor-brasileiro-7-edicao.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2001**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL. **Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 4 de janeiro de 2025.

BRASIL. **Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977**. Diário Oficial da União, 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6435.htm. Acesso em: 9 de novembro de 2024.

BRASIL. **O que é Previdência Complementar?**. Ministério da Previdência Social, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/o-que-e-previdencia-complementar-1>. Acesso em: 4 de julho de 2024.

Brasilprev jgp fic multimercado. Disponível em: https://www1.brasilprev.com.br/rentabilidade/MULTI_JGP. Acesso em 22 de novembro de 2024.

Caixa Vida e Previdência. Disponível em: <https://autocompra.caixavidaeprevidencia.com.br/previdencia/ofertas>. Acesso em 22 de novembro de 2024.

CALADO, Luiz et al. **Previdência Complementar Aberta: PGBL e VGBL**. ANBIMA, 2022.

CASTRO, Henrique. **Desafios e Estratégias Financeiras para a Aposentadoria no Brasil: Um Olhar para o Futuro**. Portal FGV, 01/10/2024. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/desafios-e-estrategias-financeiras-aposentadoria-brasil-olhar-futuro#:~:text=No%20entanto%2C%20o%20valor%20m%C3%A9dio,com%20sa%C3%BAde%2C%20moradia%20e%20alimenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

FERREIRA, Renato. **Impactos da Reforma da Previdência na Previdência Complementar**. Editora JKL, 2020.

FRANKLIN, Jennifer. **Financial Planning for Retirement**. Nova York: Routledge, 2020.

GARCIA, Claudia. **Finanças Pessoais e Aposentadoria: Estratégias e Soluções**. São Paulo: FGV Editora, 2023.

GITMAN, Lawrence. **Principles of Managerial Finance**. Harlow: Pearson, 2021.

GOMES, Lucas. **Sistemas de Previdência: Comparações Internacionais**. Porto Alegre: Editora RS, 2018.

HENRIQUE, Natalia e SANTOS, Rogiene. **Risco e retorno dos fundos de previdência complementar aberta por meio de peer group e quartis**. Revista E&S, 2024. Disponível em: https://revistaes.com.br/wp-content/uploads/2024/03/ES_23105-1.pdf . Acesso em: 9 de novembro de 2024.

INFOMONEY. **O que é previdência privada ?** PGBL ou VGBL: entenda qual vale a pena. 2023. Vídeo (8:18). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oicywHpCrYY> . Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

MARCONI, Marina e LAKATOS, Eva. **Técnicas de pesquisa**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Aline e NETO, Júlio. **A influência da previdência privada como renda complementar a aposentadoria e as contribuições para a economia brasileira: um estudo bibliográfico**. Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico, 2018. Disponível em: <https://reinpec.cc/index.php/reinpec/article/view/202/163> . Acesso em 22 de novembro de 2024.

OLIVEIRA, Paulo, FERREIRA, Daniela. **Investimentos e Previdência Privada**. São Paulo: Editora FIECAFI, 2021.

Quais os riscos da previdência privada? Confira aqui. Eu Quero Investir, 01/04/2022. Disponível em: <https://euqueroinvestir.com/educacao-financeira/quais-os-riscos-da-previdencia-privada> . Acesso em: 17 de janeiro de 2025.

RAFALSKI, Julia, ANDRADE, Alexsandro. **Planejamento da aposentadoria: Adaptação brasileira da PRePS e influência de estilos de tomada de decisão**. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, v. 16, n. 1, jan-mar 2016, p. 36-47. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v16n1/v16n1a04.pdf> . Acesso em: 8 de julho de 2024.

SANTOS, Eraldo. **Previdência Privada**. SENAC, 2019.

SANTOS, Marcos. **Evolução da Previdência Complementar no Brasil**. Editora ABC, 2012.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados. **Previdência Complementar Aberta**. gov.br, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/susep/pt-br/planos-e-produtos/previdencia-complementar-aberta#tipos_planos . Acesso em: 5 de julho de 2024.

VIEIRA, Kelmara et al. **Financial preparation for retirement: multidimensional analysis of the perception of Brazilians**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 34, n. 91, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/xRkMSBzYzswSyQcFPysF7Lf/?lang=en#> . Acesso em: 5 de julho de 2024.